impugnante com a Caixa Econômica Federal (CEF) não configura modalidade de contratação da construção pelo regime de administração, também chamado a preço de custo, modalidade na qual a construção é realizada pelos adquirentes.

1.4. Trata-se, na realidade, de contrato que tem por objeto a compra e venda de unidade imobiliária a ser construída (coisa futura), sendo a contratação realizada sob o regime de "preço fechado", consoante o disposto no Art. 41 da Lei nº 4.591/64 e no Art. 483 do Código Civil.

1.5. Nessa modalidade, em que a construção é por conta e risco do incorporador (e não dos adquirentes), não há que se falar em aquisição de fração de terreno apenas, uma vez que está sendo adquirida, por "preço fechado", uma unidade imobiliária (fração ideal de terreno + benfeitorias) a ser entregue em data futura.

1.6. Diante da constatação de que o contrato firmado pelo impugnante tem por objeto a compra e venda de unidade imobiliária a ser construída (coisa futura), sendo a contratação realizada sob o regime de "preço fechado", deve o ITBI-IV incidir sobre o valor total da operação, restando afastada, in casu, a aplicação do § 4º do Art. 7º do Regulamento do ITBI-IV para fins de apuração da base de cálculo do imposto.

2. O sujeito passivo deverá quitar ou parcelar o débito fiscal dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de ciência desta decisão ou, em igual prazo, interpor recurso ordinário dirigido ao Conselho Municipal de Tributos, sob pena de inscrição do crédito tributário na Dívida Ativa do Município.

2.1. Considera-se data de ciência da decisão a data da publicação do extrato no Diário Oficial da Cidade, nos casos de contribuintes desobrigados ao credenciamento no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, conforme dispõe a Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, alterada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 2/2016.

2.2. Considera-se data de ciência da decisão a data atribuída pelo Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, nos casos de contribuintes e/ou representantes legais obrigados ao credenciamento previsto no art. 1º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, alterada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 2/2016.

3. Nos termos do disposto na Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, eventual recurso ordinário deverá obrigatoriamente ser apresentado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV, disponibilizado no endereço eletrônico <https://sav.prefeitura.sp.gov.br/>, de segunda a sexta-feira, das 06h00 às 23h59, e será acessível por meio de Senha Web ou certificado digital.

3.1. Para os casos previstos nos art. 2º e 3º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, que implicam a impossibilidade de protocolização de impugnações e recursos pelo SAV, eventual recurso deverá ser protocolizado no Centro de Atendimento da Fazenda Municipal (CAF), acompanhada dos documentos obrigatórios previstos em legislação própria e da cópia da decisão que concedeu a reabertura.

4. Intime-se o(s) requerente(s) da presente decisão mediante sua publicação no Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2015-0.335.520-5 / Fernando Cordeiro / 363.234.258-07

1. Em cumprimento ao disposto no Art. 39 da Lei Municipal nº 14.107/05, e à vista do parecer conclusivo consignado no processo, que passa a integrar a presente decisão:

1.1. CONHEÇO da impugnação oposta ao Auto de Infração nº 90.026.022-1 e, no mérito, JULGO-A IMPROCEDENTE, devendo o auto de infração ser mantido em todos os seus termos.

1.2. Não restou comprovado, de forma inequívoca, que a construção tenha sido incorporada ao imóvel pelos compradores, razão pela qual o imposto incide sobre o preço total da unidade autônoma, englobando o valor da fração ideal de terreno e da construção, restando afastada, in casu, a aplicação do § 4º do Art. 7º do Regulamento do ITBI-IV (anterior Decreto Municipal nº 51.627/10, atual Decreto Municipal nº 55.196/14) para fins de apuração da base de cálculo do imposto.

1.3. Nos termos do que dispõe o Art. 58 da Lei nº 4.591/64 (Lei das Incorporações Imobiliárias), o contrato firmado pela impugnante com a Caixa Econômica Federal (CEF) não configura modalidade de contratação da construção pelo regime de administração, também chamado a preço de custo, modalidade na qual a construção é realizada pelos adquirentes.

1.4. Trata-se, na realidade, de contrato que tem por objeto a compra e venda de unidade imobiliária a ser construída (coisa futura), sendo a contratação realizada sob o regime de "preço fechado", consoante o disposto no Art. 41 da Lei nº 4.591/64 e no Art. 483 do Código Civil.

1.5. Nessa modalidade, em que a construção é por conta e risco do incorporador (e não dos adquirentes), não há que se falar em aquisição de fração de terreno apenas, uma vez que está sendo adquirida, por "preço fechado", uma unidade imobiliária (fração ideal de terreno + benfeitorias) a ser entregue em data futura.

1.6. Diante da constatação de que o contrato firmado pelo impugnante tem por objeto a compra e venda de unidade imobiliária a ser construída (coisa futura), sendo a contratação realizada sob o regime de "preço fechado", deve o ITBI-IV incidir sobre o valor total da operação, restando afastada, in casu, a aplicação do § 4º do Art. 7º do Regulamento do ITBI-IV para fins de apuração da base de cálculo do imposto.

2. O sujeito passivo deverá quitar ou parcelar o débito fiscal dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de ciência desta decisão ou, em igual prazo, interpor recurso ordinário dirigido ao Conselho Municipal de Tributos, sob pena de inscrição do crédito tributário na Dívida Ativa do Município.

2.1. Considera-se data de ciência da decisão a data da publicação do extrato no Diário Oficial da Cidade, nos casos de contribuintes desobrigados ao credenciamento no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, conforme dispõe a Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, alterada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 2/2016.

2.2. Considera-se data de ciência da decisão a data atribuída pelo Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, nos casos de contribuintes e/ou representantes legais obrigados ao credenciamento previsto no art. 1º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, alterada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 2/2016.

3. Nos termos do disposto na Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, eventual recurso ordinário deverá obrigatoriamente ser apresentado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV, disponibilizado no endereço eletrônico <https://sav.prefeitura.sp.gov.br/>, de segunda a sexta-feira, das 06h00 às 23h59, e será acessível por meio de Senha Web ou certificado digital.

3.1. Para os casos previstos nos art. 2º e 3º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, que implicam a impossibilidade de protocolização de impugnações e recursos pelo SAV, eventual recurso deverá ser protocolizado no Centro de Atendimento da Fazenda Municipal (CAF), acompanhada dos documentos obrigatórios previstos em legislação própria e da cópia da decisão que concedeu a reabertura.

4. Intime-se o(s) requerente(s) da presente decisão mediante sua publicação no Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2016-0.012.321-6 / KOSTAKOY HOLDING S/A / 13.312.841/0001-86

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de

12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documentos de fls. 38 a 40,

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto segue:

1.1- NÃO CONHEÇO da Impugnação oposta aos All 90.026.116-1, 90.026.117-1, 90.026.118-8 decorrentes da Decisão de Indeferimento do Pedido de Não Incidência de ITBI-IV no Processo 2011.0.160.491-0, pois a

Impugnação aos All 90.026.116-1, 90.026.117-1, 90.026.118-8 foi analisada e JULGADA IMPROCEDENTE no P.A. 2016.0.012.331-3;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/1991, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966), artigo 156 da CF;

3. Intime-se o contribuinte, e seu representante legal, da presente decisão mediante comunicação pelo Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe

o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2016-0.021.833-0 / PAÚBA IMÓVEIS DE LAZER LTDA / 55.706.048/0001-01

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documento de fls. 26 e 27,

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto segue:

1.1- NÃO CONHEÇO da Impugnação oposta ao All 90.026.078-5

decorrente do Indeferimento de Pedido de Não Incidência de ITBI-IV -

2011.0.267.742-2, pois o All 90.026.078-5 já foi cancelado em virtude de

decisão judicial; A instância administrativa encontra-se definitivamente

encerrada nos termos do artigo 27, III da Lei 14.107/2005;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/1991, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966); artigo 30 § 1º e artigo 27, III da Lei

14.107/2005;

3. Intime-se o contribuinte, e seu representante legal, da presente decisão

mediante comunicação pelo Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe

o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2016-0.021.817-9 / PAÚBA IMÓVEIS DE LAZER LTDA / 55.706.048/0001-01

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de

12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documento de fls. 36 e 37,

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto segue:

1.1- NÃO CONHEÇO da Impugnação oposta aos All 90.026.081-5 e

90.026.080-7 decorrentes do Indeferimento de Pedido de Não Incidência de

ITBI-IV - 2011.0.267.742-2, pois os All 90.026.081-5 e 90.026.080-7 já

foram cancelados em virtude de decisão judicial; A instância administrativa

encontra-se definitivamente encerrada nos termos do artigo 27, III da Lei

14.107/2005;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/1991, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966); artigo 30 § 1º e artigo 27, III da Lei

14.107/2005;

3. Intime-se o contribuinte, e seu representante legal, da presente decisão

mediante comunicação pelo Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe

o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2016-0.014.520-1 / PAÚBA IMÓVEIS DE LAZER LTDA / 55.706.048/0001-01

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de

12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documento de fls. 14 e 15,

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto

segue:

1.1- NÃO CONHEÇO da Impugnação oposta ao All 90.026.083-1

decorrente do Indeferimento de Pedido de Não Incidência de ITBI-IV -

2011.0.267.742-2, pois o All 90.026.083-1 já foi cancelado em virtude de

decisão judicial; A instância administrativa encontra-se definitivamente

encerrada nos termos do artigo 27, III da Lei 14.107/2005;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/199-1, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966); artigo 30 § 1º e artigo 27, III da Lei

14.107/2005;

3. Intime-se o contribuinte, e seu representante legal, da presente decisão

mediante comunicação pelo Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe

o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2016-0.021.808-0 / PAÚBA IMÓVEIS DE LAZER LTDA / 55.706.048/0001-01

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de

12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documento de fls. 26 e 27,

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto

segue:

1.1- NÃO CONHEÇO da Impugnação oposta ao All 90.026.082-3

decorrente do Indeferimento de Pedido de Não Incidência de ITBI-IV -

2011.0.267.742-2, pois o All 90.026.082-3 já foi cancelado em virtude de

decisão judicial; A instância administrativa encontra-se definitivamente

encerrada nos termos do artigo 27, III da Lei 14.107/2005;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/199-1, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966); artigo 30 § 1º e artigo 27, III da Lei

14.107/2005;

3. Intime-se o contribuinte, e seu representante legal, da presente decisão

mediante comunicação pelo Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe

o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2016.0.012.331-3 / KOSTAKOY HOLDING S/A / 13.312.841/0001-86

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de

12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documentos de fls. 46 a 48,

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto

segue:

1.1-CONHEÇO da impugnação oposta aos All 90.026.116-1, 90.026.117-1,

90.026.118-8 decorrentes do Indeferimento do Pedido de Não Incidência de

ITBI-IV no Processo 2011.0.160.491-0 e, no mérito, JULGO-A

IMPROCEDENTE, mantendo-se os All em todos os seus termos, pelas

razões a seguir:

1.1.1- Verificou-se que não houve ausência de Notificação, pois os All

90.026.116-1, 90.026.117-1, 90.026.118-8 foram notificados por A.R. em

17/12/2015;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/1991, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966);

3. O sujeito passivo deverá recolher o Imposto devido, sob pena de inscrição

na Dívida Ativa ou poderá oferecer Recurso Ordinário ao Conselho Municipal

de Tributos no prazo de 30 dias contados a partir da data de ciência desta

decisão.

4. Nos termos do disposto na Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019,

eventual recurso ordinário deverá obrigatoriamente ser apresentado por meio

do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV, disponibilizado no 2

endereço eletrônico <https://sav.prefeitura.sp.gov.br/>, de segunda a sexta-feira,

das 06h00 às 23h59, e será acessível por meio de Senha Web ou certificado

digital.

4.1. Para os casos previstos nos art. 2º e 3º da Instrução Normativa

SF/SUREM nº 10/2019, que implicam a impossibilidade de protocolização de

impugnações e recursos pelo SAV, eventual recurso deverá ser protocolizado

no Centro de Atendimento da Fazenda Municipal (CAF), acompanhada dos

documentos obrigatórios previstos em legislação própria e da cópia da decisão

que concedeu a reabertura.

5. Intime-se o contribuinte, e seu representante legal, da presente decisão

mediante comunicação pelo Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe

o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2016.0.012.327-5 / KOSTAKOY HOLDING S/A / 13.312.841/0001-86

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de

12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documentos de fls. 38 a 40,

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto

segue:

1.1- NÃO CONHEÇO da Impugnação oposta aos All 90.026.116-1,

90.026.117-1, 90.026.118-8 decorrentes da Decisão de Indeferimento do

Pedido de Não Incidência de ITBI-IV no Processo 2011.0.160.491-0, pois a

Impugnação aos All 90.026.116-1, 90.026.117-1, 90.026.118-8 foi analisada e

JULGADA IMPROCEDENTE no P.A. 2016.0.012.331-3;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/1991, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966), artigo 156 da CF;

3. Intime-se o contribuinte, e seu representante legal, da presente decisão

mediante comunicação pelo Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe

o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

2015-0.305.367-5 / BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. / 90.400.888/0001-42

ADV: FABIO CAON PEREIRA - OAB-SP 234.643

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de

12/12/2005 e à vista do parecer consignado em documentos de fls. 114 a 123

peça técnica que passa a integrar a presente decisão, DE-TERMINO o quanto

segue:

1.1-CONHEÇO da impugnação oposta ao All 90.025.776-8 decorrente do

indeferimento do Pedido de Não Incidência de ITBI-IV no Processo

2015.0.167.212-2 e, no mérito, JULGO-A IMPROCEDENTE mantendo-se

o All em todos os seus termos, pelas razões a seguir:

1.1.1- Verificou-se que a empresa adquirente teve existência inferior ao

período estabelecido no previsto no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei 11.154/91

(2 anos após a aquisição), nos termos do parágrafo 3º do mesmo artigo,

ficando prejudicada a comprovação de sua condição para fazer jus ao

benefício fiscal;

2. Base Legal: Artigos 3º, 4º, 5, 6, 7º, 7º-A, 7º B, 10, 12, 15 e 16 da Lei

Municipal nº 11.154/1991, e artigos 36, 37, 142 e 173 do Código Tributário

Nacional (Lei nº 5172/1966), artigos 49-A, 50, 1184 e 1188 do Código Civil,

CESAR AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 60.038, de 31 de dezembro de 2020, bem como pelo Decreto no 60.061, de 03 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar a ampliação de atendimento de bares e restaurantes em locais abertos, a fim de ofertar maior segurança aos consumidores em razão das restrições sanitárias decorrentes da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO afigurar-se essencial a adoção de medidas que visam conter a disseminação da pandemia, mas que também permitam o desenvolvimento da atividade econômica no Município de São Paulo de modo seguro a toda a população, observados os pertinentes requisitos sanitários;

CONSIDERANDO a necessidade de serem implementadas as medidas práticas e operacionais que permitam a retomada gradual, bem como a manutenção das atividades econômicas conforme o respectivo enquadramento da nossa Cidade no Plano São Paulo;

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 60.197, de 23 de abril de 2021, que dispõe sobre o Projeto Ruas SP, destinado a viabilizar o atendimento, por bares e restaurantes em espaços públicos, na forma que especifica;

CONSIDERANDO a listagem inicial de ruas selecionadas para implementação do Projeto Ruas SP, conforme Portarias 25/2021/SMUL.G e Portaria 30/2021/SMUL.G.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam autorizados, para implementação gradativa do Projeto Ruas SP, os seguintes logradouros públicos:

Rua dos Pinheiros – Trecho da Av. Pedroso até a Rua Cônego Eugênio Leite;

Rua Serra da Juréia – Trecho da Rua Itapeti até a Rua Tijuco Preto;

Alameda dos Anapurus – Trecho da Av. Moema até a Rua dos Chanés;

Rua General Lecor – Trecho da Cipriano Barata até a Rua Bom Pastor;

Rua da Imprensa – Trecho da Rua Moreira e Costa até a Rua Arcipreste Ezequias;

Rua Dr. Aquiles Lisboa – Trecho entre o nº 123 e a Rua Paulo Barreto nº 130;

Rua Coelho Lisboa – Trecho da Rua Emilio Mallet até a Rua Azevedo Soares;

Rua Marques de Praia Grande – Trecho da Rua Cavour até a Rua Fidélis Papini;

Rua Cavour – Trecho da Rua Marques de Praia Grande até a Rua Itamunbuca;

Rua Frederico Albranches – Somente no lado par da via – Trecho da Praça Alfredo Paulino até a Largo Santa Cecilia.

Parágrafo único – A seleção das vias propostas no caput deste artigo foi realizada de acordo com os parâmetros e critérios técnicos estabelecido por meio do Decreto 60.197, de 23 de abril de 2021, bem como Portaria nº 24/2021/SMUL.G.

Art. 2º - A autorização para inclusão de vias aptas a receber o Projeto Ruas SP se dará de forma progressiva, conforme previsão do §1º, do art. 1º e art. 5º, ambos do Decreto 60.197, de 23 de abril de 2021.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2021-2-097 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/RESID/DRU
2019-0.045.672-5 REGINALDO DE CASTRO MAROPO
DEFERIDO

DEFERIDO PEDIDO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO PARA RESIDENCIA UNIFAMILIAR NOS TERMOS DAS LEIS 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17, DECRETO 57.776/17 E RES. 16/02 CONPRESP/SMC

COORDENADORIA DE EDIFICACAO DE USO COMERCIAL E INDUSTRIAL

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405
PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/COMIN/GTEA

2021-0.000.376-0 CONSTRUTORA SHPAISMAN LTDA
DEFERIDO

DEFERIDO CONFORME LEI 16.642/17 REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/17 E DECRETO 53.289/12 ALTERADO PELO DECRETO 54.787/14

2021-0.002.227-6 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.228-4 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.229-2 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.230-6 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.246-2 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.247-0 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.287-0 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.344-2 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.335-3 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.344-2 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.002.348-5 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, COM BASE LEGAL PELO COE 16.642/17 E ZONEAMENTO 16.402/16 COM PDE 16.050/14

2021-0.004.273-0 ROBERTO PASTOR JUNIOR
DEFERIDO

DEFIRO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.274-9 ROBERTO PASTOR JUNIOR
DEFERIDO

DEFIRO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.310-9 SILVIO KOZUCHOWICZ
DEFERIDO

DEFIRO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.341-9 ROBERTO PASTOR JUNIOR
DEFERIDO

DEFIRO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.730-9 RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.731-7 ROBERTO PASTOR JUNIOR
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.732-5 ROBERTO PASTOR JUNIOR
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.736-8 HUGO BELLINI IGNACIO DE SAO JOSE ABREU LUCIO DE MA
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.737-6 ROBERTO PASTOR JUNIOR
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.740-6 ROBSON REQUENA APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.754-6 FORCASA INCORPORACAO IMOBILIARIA E EMPREENDIMENTOS
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.755-4 ISABELLA BARREIRA AMORIM
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.754-6 FORCASA INCORPORACAO IMOBILIARIA E EMPREENDIMENTOS
DEFERIDO

DEFERIDO, CONFORME LEI N 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 57.776/17.

2021-0.004.762-7 FLAVIO DOS SANTOS DE ABREU
DEFERIDO

DEFERIDO CONFORME LEI 16.642/17 REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/17 E DECRETO 53.289/12 ALTERADO PELO DECRETO 54.787/14

EDITAL DE DESPACHO (SISACOE)
COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SMUL/SERVIN

RUA SAO BENTO, 405 - SE
DESPACHOS DO(A) DIVISAO TECNICA DE EDIF. DE USO INSTITUCIONAL SEL/SERVIN 2

6068.2021/0004120-1 SQUINCARA 0008306000471-1 004 OPI-8 SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA.

APOSTILAMENTO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA

INDEFERIDO:
INDEFERIDO O PEDIDO DE APOSTILAMENTO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA NOS TERMOS ART. 51 DO DECRETO 57.776/2017.

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SMUL/COMIN

RUA SAO BENTO, 405 - SE
DESPACHOS DO(A) PROCESSO ELETRONICO - SMUL/COMIN

0000.2021/2000566-0 SQUINCARA 0011103800115-1 002 THIAGO PAVAN BARBOZA CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000565-2 SQUINCARA 0002700203356-1 002 JAMERSON DA SILVA DIONISIO CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000568-7 SQUINCARA 63835849454-2 011 EVANDRO LUIZ DE MELLO FORTUNATO CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000568-7 SQUINCARA 63835849454-2 011 EVANDRO LUIZ DE MELLO FORTUNATO CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

0000.2021/2000567-9 SQUINCARA 0004504200015-1 009 ROBERTO PASTOR JUNIOR CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:
LEI 16.642/17 E DECRETO 57.776/17

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 887

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405
PROCESSO *6066.2019/0006234-4* - Licenciamento de Obras e Edificações

DESPACHO:
ASUNTO: CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA DEFIRO O PRESENTE E EXPEÇO O CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO PARA O LOCAL, NOS TERMOS DO DECRETO 32.963/93, FACE ÀS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS RESPONSÁVEIS E TÉCNICOS, QUE ATESTAM A SEGURANÇA E ESTABILIDADE DA EDIFICAÇÃO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

PROCESSO *6068.2020/0003572-2* - Licenciamento de Obras e Edificações

DESPACHO:
ASUNTO: CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA DEFIRO O PRESENTE E EXPEÇO O CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO PARA O LOCAL, NOS TERMOS DO DECRETO 32.963/93, FACE ÀS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS RESPONSÁVEIS E TÉCNICOS, QUE ATESTAM A SEGURANÇA E ESTABILIDADE DA EDIFICAÇÃO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

PROCESSO *6068.2021/0002420-0 - Consulta Técnica

DESPACHO deferido
Interessados: PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAUDE LTDA CNPJ: 00.461.479/0092-09

DESPACHO: I - DEFERIDO o objeto da consulta à CEUSO, com fundamento no PRONUNCIMANETO/ATECC/CEUSO /037/2021.

PROCESSO *6068.2021/0000485-3* - Licenciamento de Obras e Edificações

DESPACHO:
ASUNTO: CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA DEFIRO O PRESENTE E EXPEÇO O CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO PARA O LOCAL, NOS TERMOS DO DECRETO 32.963/93, FACE ÀS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS RESPONSÁVEIS E TÉCNICOS, QUE ATESTAM A SEGURANÇA E ESTABILIDADE DA EDIFICAÇÃO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO V